

FONTE : JBCLASS. : 55DATA : 01 04 85PG. : 7

Caribe impede a aprovação da Declaração de Brasília

BRASÍLIA — Os cinco países do Caribe, liderados por Barbados e Trinidad Tobago, impediram a divulgação da Declaração de Brasília, documento final da 6ª Reunião sobre o Meio Ambiente na América Latina e Caribe, encerrada ontem em Brasília. O documento chegou a ser anunci-

ado pelo chanceler Abreu Sodré com uma resposta "contudente" ao pronunciamento do diretor-executivo do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma), Moustafa Tolba, que tanto desagradou ao presidente Sarney e ao Itamaraty.

O texto original estava pronto na manhã de quinta-feira, quando o presidente Sarney instalou a reunião ministerial no Itamaraty. Segundo Fernando Cesar Mesquita, presidente do Instituto do Meio e Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o texto original não seria modificado em função das declarações de Tolba, uma vez que já continha declarações muito duras. À noite, os delegados dos países caribenhos (Barbados, Jamaica, Santa Lúcia, Trinidad Tobago, e Guiana) apareceram com um novo texto, em inglês, esvaziado de todo o conteúdo político do anterior.

Embora os países latino-americanos sejam numericamente superiores (22), o encontro pretende que as decisões sejam tomadas por consenso. Por volta das 18h de ontem, os chefes de delegação sentaram-se à mesa para debater parágrafo por parágrafo, sem descartar de antemão a possibilidade de que poderia não ser divulgado documento algum.

O texto original responsabiliza os países industrializados pela degradação do meio ambiente, exige que cessem imediatamente com os testes nucleares e providenciem a eliminação dos artefatos nucleares, associa os problemas ambientais na região à pobreza e à dívida

externa e estabelece que os países ricos têm de assegurar recursos financeiros a serem aplicados na preservação do meio ambiente na América Latina e Caribe através de esquemas especiais, assegurando-lhes também condições de se desenvolverem economicamente.

A Declaração de Brasília afirmava ainda que "A cooperação internacional requer necessariamente condições financeiras e comerciais favoráveis à recuperação do crescimento econômico em nossos países. A iniquidade da ordem econômica internacional é o principal obstáculo para a solução efetiva dos problemas ambientais nos países em desenvolvimento". O documento que não foi aprovado dizia também que "a dívida não pode ser paga nas condições atuais, e nem com a fome e a miséria de nossos povos, nem com mais subdesenvolvimento e a conseqüente degradação do meio ambiente em que vivemos".

Os delegados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) presentes à 6ª Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente encaminharam ao secretário-geral do Itamaraty, Paulo de Tarso Flecha de Lima, uma nota em que tentam desfazer o mal entendido provocado pelo discurso do diretor-executivo do Pnuma, Moustafa Tolba, lido pelo diretor-adjunto do órgão, Genady Golubev na presença do presidente José Sarney e considerado fortemente colonialista. A nota explica que o pronunciamento pretendia ser genérico e lamenta que tenha sido interpretada como dirigida ao Brasil. "Não foi e não é intenção desse organismo exercer influência alguma sobre assuntos que são da exclusiva alçada do governo do Brasil", diz a nota.